

Arqueologia e documentos escritos: relação contingente, ou conceitual e interpretativa

PEDRO LUÍS MACHADO SANCHES
Universidade Federal de Pelotas
Brasil

RESUMO. A multiplicação de correntes interpretativas em arqueologia não parece ter abalado a bipartição entre arqueologia histórica e pré-histórica. A consideração de textos, ou de objetos e monumentos portadores de texto, segue sendo apenas o mais evidente sintoma da disparidade entre os estudos arqueológicos de sociedades que praticaram ou tiveram contato com a escrita (os estudos clássicos fornecem os exemplos mais notáveis) e os demais estudos arqueológicos. Diferentes gêneros de publicações acadêmicas apresentam estas disparidades de modos também diferentes e, por vezes, divergentes. O estudo que ora se apresenta tenta ser uma revalorização das publicações acerca de material específico ou de circunstâncias de achado específicas da arqueologia clássica como legítimos lugares de conceituação arqueológica e teorização em sentido amplo.

PALAVRAS-CHAVE. Arqueologia; documentos escritos; Mundo Antigo; publicações arqueológicas; conceituação e teoria interpretativa.

Gerações e gerações de iletrados nos são acessíveis apenas por sua civilização material: por seus instrumentos de trabalho, por seus grilhões, por seus enfeites e por seu artesanato. O estudo deste mundo material pode levar o arqueólogo, (...), a adotar uma concepção materialista que procura explicar, a partir da cultura material, a estrutura espiritual da sociedade e, a partir da exploração material, a estrutura e as relações de poder.

(P. P. ABREU FUNARI, apresentação à *Introdução à Arqueologia Histórica*, de C. E. Orser Jr.)

Email: pedrosanches@usp.br

Doutorando da Universidade de São Paulo, SP, Brasil.

Agradecimentos: a incomparável dedicação aos estudos clássicos da Profa. Dra. Hai-ganuch Sarian inspirou este texto. A agência CAPES me forneceu bolsa de estudos na modalidade “doutorado sanduíche”, sem a qual algumas das considerações a seguir possivelmente não teriam ocorrido.

Muito embora o interesse principal da passagem acima esteja, evidentemente, em definir a arqueologia como “estudo do poder”, para além de “estudo do antigo” – o que o termo grego ἀρχή, prefixo da palavra moderna *arqueologia*, possibilita¹ e a história das pesquisas arqueológicas legitima –, não será talvez inoportuno reconsiderar no mesmo argumento seu outro aspecto fundamental, a saber, o de que “a arqueologia estuda, justamente, a cultura iletrada, ou melhor, os aspectos da cultura que não são escritos, os objetos, as coisas, o mundo material usado e transformado pelos homens”².

Assim se impõe, imediatamente, uma definição dos objetos próprios da arqueologia senão de seu campo de estudos. Mesmo o “estudo do poder”, imbuído evidentemente de “forte caráter político”, estará arqueologicamente sustentado no estudo da cultura material, uma vez que esta última foi destinada a ser o “instrumento de análise das relações de poder e de exploração material no interior das sociedades de classes”³.

No caso de “gerações e gerações de iletrados” é incontradita a importância capital das investigações arqueológicas, mas, nas sociedades que possuem ou coexistem com a escrita, se justificaria o mesmo esforço? Esta questão elementar escapa muitas vezes aos textos ordinários de arqueologia: notas de trabalho de campo, catálogos, publicação sistemática de sítios ou de coleções. Por sua vez, os manuais de arqueologia, tal como os manuais científicos que se popularizam noutras disciplinas desde o século XIX, têm a reconhecida função de orientar a introdução de um estudante a uma prática, apresentando realizações do passado, ilustrando teorias e interpretações com observações e experiências exemplares.⁴ Nestes objetivos, alcançam muitas vezes o questionamento básico que aqui propomos.

Tal questionamento, assim elementar e fundamental, talvez não interesse somente àqueles que se dedicam ao estudo de sociedades ditas históricas, e àqueles que estudam populações classificadas como “proto-históricas”, pode importar a todo arqueólogo, posto que envolve a caracterização de uma interpretação propriamente arqueológica, de seus gêneros

¹ O termo grego pode significar ainda o ato de “lançar os fundamentos” de um discurso ou de uma empreitada (M. A. BAILLY, *Abrégé du Dictionnaire Grec-Français*, Paris: Hachette, 1901, p. 120), neste sentido, a arqueologia é aquela que “faz existir os vestígios materiais como documentos” como entendeu Phillipe Brunneau em ‘Situation Méthodologique de L’Histoire de L’Art Antique’, *AC* n. 44, 1975, p. 425-487.

² P.P.A. FUNARI na apresentação à *Introdução à Arqueologia Histórica* de Orser Jr., Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992, p. 7.

³ P.P.A. FUNARI, 1992, p. 8.

⁴ Ver Thomas KUHN, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo, Perspectiva, 2007, p. 29-30.

possíveis e propósitos legitimados, bem como a discriminação necessária da cultura material, iletrada por definição em qualquer sorte de sociedade.

Em um notório manual publicado originalmente em língua sueca, Carl-Axel Moberg se perguntou: “a arqueologia permitirá obter informações sobre as épocas ‘históricas’, informações que não seriam acessíveis ou simplesmente pouco acessíveis apenas através das fontes escritas?”⁵

A resposta era então positiva: “independente da eventual abundância de fontes escritas mais ou menos numerosas, deveria, para cada época e em cada região, sondar-se as possibilidades de se utilizarem também as fontes não escritas com os métodos da arqueologia, da antropologia e da etnologia, **com o objetivo de estabelecer perspectivas mais coerentes e mais amplas para a história**”⁶.

Uma primeira dificuldade do argumento que faz da arqueologia e também da antropologia e da etnologia, práticas científicas a serviço da história, está justamente numa possível relação de “subserviência” entre as áreas, fundamentada em valorações transitórias e de difícil legitimação em muitas comunidades acadêmicas. Entre especialistas ingleses e americanos, por exemplo, é possível encontrar a antropologia ou as “ciências naturais” ocupando o lugar que Moberg reserva à história⁷; e em estudos clássicos, a filologia teria deixado de ser o principal destino das pesquisas arqueológicas em meados do século XX⁸, cedendo o lugar, principalmente à história da arte⁹.

Muitas pesquisas acerca dos vestígios de sociedades que legaram textos, ou de povos mencionados em textos de outras sociedades, fazem um caminho contrário ao proposto por Moberg, colocando documentos escritos e também estudos de história e antropologia a serviço da compreensão de sítios e objetos. Nestes abundantes casos, concepções gerais acerca de como vivia e pensava uma população servem à compreensão do cotidiano num local restringido espacialmente pelo próprio arqueólogo (um aldeamento,

⁵ Carl-Axel MOBERG, *Introdução à Arqueologia*, Lisboa, Edições 70, 1986., cap. XIX, p. 200.

⁶ *Idem, ibidem* [grifos nossos].

⁷ Paul BAHN; Colin RENFREW. *Arqueologia – teoria, métodos y práctica*. Madrid, Akal, 1998; ver também as considerações de Lewis Binford acerca da *New Archaeology* e da “arqueologia baseada nas ciências naturais” britânica no prefácio de sua compilação “Em busca do passado” (L. BINFORD. *Em Busca do Passado – a decodificação do registro arqueológico*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1991).

⁸ Acerca das origens da arqueologia na filologia romântica, ver P.P.A. FUNARI, “Linguística e Arqueologia”, in P.P.A. FUNARI (Ed.) *Arqueologia e Patrimônio*. Erechim, Habis, 2007, p. 9-26.

⁹ Para uma crítica desta relação entre Arqueologia e História da Arte, ver BRUNNEAU, *Situation...*, p. 425 s.

um bairro, uma casa, uma oficina etc.) e num tempo também arbitrado. Um “recorte” que deve mais às necessidades, desejos e limitações do pesquisador que a qualquer ordenamento legado pela sociedade estudada.

Nem sempre o uso convencional dos textos e de estudos de história e antropologia nas interpretações arqueológicas se mostrará favorável ou compatível às circunstâncias de achado. Um exemplo disso pode ser percebido na interpretação das ruínas da chamada “Casa de Fourni”, um grande edifício a sudoeste do monte Cinto na ilha grega de Delos; sítio escavado por Fernand Robert e Charles Le Roy¹⁰.

A reafirmada ‘purificação’ de Delos, interdição de nascer e morrer no território sagrado da ilha e a retirada de todas as sepulturas ali existentes, é documentada principalmente no terceiro livro da *Guerra do Peloponeso* de Tucídides (Thuc. 3.104, 2) e permitiu estabelecer um *terminus ante quem non* para a produção cerâmica compatível com o material funerário encontrado na “fossa da purificação” estabelecida em Reneia, ilha vizinha a Delos¹¹, entre outras correlações cronológicas. Entretanto, na “Casa de Fourni” foram encontrados “os esqueletos de dois homens decapitados após terem sido pregados sobre pranchas, o que supõe uma exposição pública antes da morte”¹². Sendo este assassinio datado de época posterior à *purificação*, a exposição pública que os vestígios documentam estão em flagrante oposição àquilo que se pode ler em Tucídides. O próprio assassinato é difícil de explicar, pois os habitantes da ilha possivelmente cuidariam de garantir que a *purificação* fosse rigorosamente respeitada. Neste confronto deliano entre a cultura material e o documento escrito, possivelmente não se poderá decidir se os decapitados “venceram” Tucídides, ou se ocorreu o contrário.

Se por um lado os esqueletos mostram que a purificação não teria se feito incorruptível, por outro, o texto permite considerar que o assassinato não fosse socialmente aceitável, o que poderia explicar o fato de ambos os

¹⁰ Robert teria iniciado seus trabalhos em 1934, como noticiou Paul Lemerle um ano depois nas “Chronique des fouilles et découvertes archéologiques dans l’Orient hellénique en 1934”, *BCH* 1935, n. 59, p. 234-309; Le Roy retomou os trabalhos de escavação nos anos 1960, como noticiou inicialmente Georges Daux nas “Chronique des fouilles et découvertes archéologiques en Grèce en 1960”, *BCH* 1961, n. 85, p. 601-953.

¹¹ L. B.-Q. UFFORD, ‘La chronologie de L’art grec de 475-425 av. J. Chr.’, *Mnemosyne* 4, III, 1950, p. 183-214; H. SARIAN, ‘A ilha de Renéia (Cíclades, Grécia) – Arqueologia – Topografia – História’, *Revista de Pré-História* n. 6. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1984a, p. 270-280; Philippe BRUNNEAU et Jean DUCAT (Orgs.). *Guide de Délos*. Édition refondue et mise à jour avec le concours de M. BRUNET; A. FARNOUX; J.-C. MORETTI. Paris, École Française d’Athènes; De Boccard, 2005.

¹² P. BRUNNEAU & J. DUCAT, p. 315.

esqueletos terem sido encontrados no fundo da fossa doméstica, abaixo das latrinas da casa¹³.

A ampliação de perspectivas através de métodos e resultados de outro campo de estudos – algo que não se restringe à interpretação primária de vestígios, posto que é comum a outros gêneros de produção de conhecimento em arqueologia¹⁴ – não parece ter de ser, portanto, unidirecional.

Em seu argumento, Moberg situava a importância da arqueologia fora da própria arqueologia e fazia sua existência depender diretamente da recepção de seus resultados nos estudos de história. Assim, é fácil entender porque muitas vezes não é dada à arqueologia a legitimidade de uma “ciência da cultura material”, mas sim a condição de disciplina histórica¹⁵.

As conclusões a respeito da autonomia da arqueologia, e o estabelecimento de suas relações com outros campos de estudo, podem ser abordadas de modo diverso em certas publicações de temática menos abrangente, voltadas a um público de especialistas já formados. Nestas, a consideração de aspectos pontuais, bem como a argumentação perpassante aos muitos estágios de certa pesquisa arqueológica, podem levar o autor a refletir sobre a própria natureza da interpretação dos vestígios materiais.

Um exemplo é o artigo “A cerâmica como documento arqueológico” escrito pela arqueóloga clássica Haiganuch Sarian e publicado no Brasil há um quarto de século. O texto trata de um material específico: séries de cerâmica mediterrânea, cronologicamente e espacialmente delimitadas.

Partindo de casos particulares, a autora não deixa de lado as conclusões ampliadas, que alcançam a própria noção de arqueologia:

(...) O estudo da cerâmica como documento arqueológico deve levar em conta a concepção da arqueologia no seu sentido mais amplo. Não arqueologia como história, nem mesmo arqueologia como an-

¹³ *Idem, ibidem.*

¹⁴ Os exemplos são muito abundantes. Dois casos próximos são: a apropriação de Hobsbawm por L. Menezes Ferreira no artigo “Patrimônio, Pós-colonialismo e repatriação arqueológica” (*Ponta de Lança, São Cristóvão* v. 1, n. 2, abril-outubro, 2008, p. 37-62); e de Le Goff e Lévi-Strauss por G. Francisco em *Grafismos Gregos: Escrita e Figuração na Cerâmica Ática do Período Arcaico*. São Paulo, Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2008.

¹⁵ P.P.A. FUNARI, (em seu manual intitulado *Arqueologia*, São Paulo, Ática, 1988, p. 12), identifica a corrente interpretativa dominante até meados de 1960 que fez perpetuar esta concepção, à revelia das investidas em contrário: “Assim, embora essa perspectiva de *fact finding* (busca de fatos) tenha recuado significativamente nos últimos anos, persiste ainda uma concepção e tratamento de dados e informações brutas que seriam processados por outras ciências como a História e a Pré-história”.

tropologia ou arte, mas sim, pura e simplesmente, *arqueologia como arqueologia*.¹⁶

Sarian esteve perto de repetir a célebre máxima de um importante livro de teoria arqueológica: o *Arqueologia Analítica* de David Clarke¹⁷, no qual se realizou entre outras coisas o ambicioso experimento de “decifrar o mundo das coisas, o imaginando estruturado como uma linguagem, com sua própria gramática, sintaxe e vocabulário”¹⁸.

Favorável a uma “metodologia arqueológica baseada nos contextos arqueológicos”, Clarke, tanto quanto Sarian, se opôs a presunções de subserviência da arqueologia a qualquer outro campo de conhecimento, especialmente disputada desde meados dos anos 1960¹⁹. Mas, enquanto o clamor do autor inglês correspondeu à admissão de uma postura normativa e generalista que muito o aproxima de seus opositores, a arqueóloga brasileira se preocupa menos com modelos interpretativos que com a demarcação de seu campo de atuação.

Fiel ao seu objeto de estudo, a autora reconhece a interpretação arqueológica como sendo *ce que peut seul faire l'archeologue*²⁰:

Porque o arqueólogo ao estudar a cerâmica, **que é o exemplo ao qual nos referimos**, desde a argila até a confecção dos artefatos, desde o estabelecimento cronológico até o conhecimento do universo cultural que a produziu e dos modos de comportamento com relação a essas produções, transforma a cerâmica em documento, **num documento que tem uma linguagem própria e que ele, e somente ele, está preparado para decifrar**.²¹

¹⁶ H. SARIAN. ‘A cerâmica como documento arqueológico’, *Revista de Pré-História* n. 6, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1984b, p. 203.

¹⁷ Originalmente: “*archaeology is archaeology is archaeology*” (sic) (David Clarke, *Analytical Archaeology*, London: Methuen, 1968).

¹⁸ Como argumenta Norberto L. Guarinello no capítulo que escreveu para o livro de Funari, Stovel e Zarankin (“Archeology and the Meaning of Material Culture”, in Funari, Stovel and Zarankin (eds.) *Global Archaeology Theory – Contextual Voices and Contemporary Thoughts*. Boston; N. York; Dordrecht; London; Moscow: Kluwer/ Plenum, 2005, p. 19).

¹⁹ No caso de Clarke, o alvo era a máxima que entusiasmou os arqueólogos ditos processualistas, responsáveis por um rompimento com a tradição interpretativa arqueológica nos anos 1960: “*archaeology is anthropology or it is nothing*” (ver Ian Hodder and Scott Hutson, *Reading the Past – current approaches to interpretation in archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 243).

²⁰ Tal como seu antigo professor e diretor de trabalhos de campo Paul Courbin defendeu dois anos antes, em um livro fundamental de teoria arqueológica: P. COURBIN, *Qu'est-ce que l'Archeologie?*, Paris: Payot, 1982, p. 159 ss.

²¹ H. SARIAN, *A cerâmica...*, nota 11[grifos nossos].

Partindo convictamente de seu objeto, Sarian atesta uma “especificidade” à prática da arqueologia que parece capaz de lhe garantir existência independente.

A independência não significará o isolamento da arqueologia frente às outras ciências, mas sim o reconhecimento de sua especificidade, uma razão de existir como especialidade. Ressalva como esta não será, evidentemente, incompatível ao gênero dos manuais arqueológicos; No livro *Arqueologia* de Pedro Paulo Funari, manual abundantemente utilizado no Brasil desde os anos 1980, a interdisciplinaridade em ciências sociais é afirmada sem que a especificidade de cada ciência humana, dentre as quais, a própria arqueologia, seja de qualquer modo prejudicada:

Na medida em que seus objetivos se referem às sociedades humanas, a Arqueologia divide-os com as outras ciências sociais e, assim como elas, necessita de uma abordagem interdisciplinar para explicar a complexidade do seu objeto de estudo. A especificidade de cada ciência humana consiste, essencialmente, no seu objeto primário de investigação e nos meios particulares de tratamento deste objeto.²²

Ao considerar os meios específicos do tratamento dos objetos primários da arqueologia, podemos levantar ainda uma segunda dificuldade do argumento de Moberg: sua desconsideração das diferenças metodológicas entre as investigações arqueológicas de sociedades ditas históricas e daquelas ditas pré-históricas.

Como fundamento de suas afirmações, Moberg propõe uma diferenciação apenas formal entre história e pré-história. Segundo ele:

Uma ‘arqueologia pré-histórica’ aborda períodos e regiões para os quais as fontes escritas são insuficientes. Quando estas aparecem, o papel do arqueólogo pré-histórico cessa: (...) Para a maioria da Humanidade, a História continua a ser ‘pré-histórica’ durante milhares de anos após a invenção da escrita. O Sul dos países escandinavos é pré-histórico até cerca de 800 d.C. e o Norte durante mais mil anos ainda, pelo menos parcialmente.

No texto de Sarian, a mesma distinção será estabelecida muito além da presença ou ausência de escrita. A proximidade com questões intrínsecas a uma pesquisa particular possibilita à autora caracterizar a arqueologia de épocas mais recentes considerando uma discussão meto-

²² P.P.A. FUNARI, *Arqueologia*, São Paulo, Ática, 1988, p. 16.

dológica fundamentada nas necessidades de um programa específico de pesquisas, de objetos particulares e de circunstâncias documentadas de diversos modos.

Tais especificidades se fazem sentir principalmente na determinação cronológica, um dos principais esforços característicos do *métier* de qualquer tipo de arqueólogo. A existência, a princípio, de dois grandes tipos de datação, a saber, a datação física ou absoluta e a datação tradicional ou relativa²³, permite ao arqueólogo a escolha dos métodos mais vantajosos para estabelecer a cronologia de seu sítio ou do material de que dispõe. Quanto à “ceramologia do mundo mediterrâneo”, Sarian aborda tais considerações a partir do seguinte exemplo:

Um fragmento cerâmico da categoria **micênica III b e c** (...), submetido à análise da termoluminescência, daria como resultado cronológico uma faixa de 200 anos, de 1300 a 1100 a.C.. (...) Do ponto de vista essencialmente arqueológico, é a estratigrafia, rigorosamente estabelecida e interpretada, que dará maior força de datação a esses fragmentos do **micênico III b e c**. (...) Se na Grécia continental, a associação entre o **micênico III b** e os estratos e níveis de destruição situam a sua cronologia por volta de 1200 a.C., deve-se considerar que, em sítios de Chipre e do litoral da Síria e da Palestina o **micênico III c** se associa a estratos com cerâmica local de imitação que os especialistas atribuem à passagem dos filisteus neste litoral e se situa entre 1200-1180/1100 a.C., datação muito mais precisa do que ofereceria a termoluminescência.²⁴

Na decisão entre a “termoluminescência”, um método físico, e a “estratigrafia” ou leitura estratigráfica, um tradicional método relativo, não há como negar que o último método apresentou maior “requinte classificatório e refinamento na fixação das cronologias” para o exemplo proposto. O que não elimina ou deslegitima de modo algum as datações propiciadas pelas ciências exatas, mas, situa-as na dita arqueologia de épocas mais remotas ou nos estudos paleontológicos, onde margens de erro na ordem dos 100 ou 200 anos serão perfeitamente toleráveis.

²³ Os manuais de arqueologia muitas vezes se empenham em apresentar os diferentes métodos de datação (ver, por exemplo, o quarto capítulo de Paul BAHN & Colin REN-FREW, *Archaeology, Theories, Methods and Practice*, London, Thames and Hudson, 1991). Podemos destacar a análise radiocarbônica ou “carbono 14” e a termoluminescência, como os mais vulgarizados dentre os métodos físicos de datação; a estratigrafia e as sequências tipológicas são as principais datações tradicionais.

²⁴ H. SARIAN, *A cerâmica...*, p. 197 [grifos nossos].

Se não precisamos pensar o estudo dos vestígios arqueológicos como ampliação das perspectivas para a história e se é facultado ao arqueólogo, na especificidade de seu programa de pesquisas, decidir o modo pelo qual pretenda decifrar seus documentos (a cultura material), podemos talvez admitir a arqueologia como ciência ou pelo menos como “projeto de ciência”, como propôs Funari:

A arqueologia, enquanto estudo da porção da cultura material, possui uma práxis e uma reflexão metodológicas próprias, ambas em construção, e cujas características, ainda embrionárias, justificam sua qualificação como um *projeto de ciência da cultura material*²⁵.

No entanto, entre as pesquisas próprias do arqueólogo historiador e do arqueólogo pré-historiador, há mais que a ausência ou presença da escrita nas respectivas sociedades estudadas. Há uma diferença de método imposta pela qualidade dos documentos de que se dispõe, das circunstâncias de achado, do valor atribuído a estudos precedentes, e até mesmo de tradições interpretativas com maior ou menor aproximação com os estudos biológicos e geológicos, ou linguísticos e estéticos.

O arqueólogo de sociedades históricas há muito não assume como seu dever o preenchimento das lacunas deixadas pelos documentos escritos. Questionar qual a importância dos resultados arqueológicos no estudo dos textos antigos é tão suficiente quanto perguntar pela contribuição das fontes textuais no trabalho de interpretação arqueológica, uma vez que está desfeita qualquer relação hierárquica entre os textos e as coisas.

A articulação de documentos de natureza diferente, uma vez reconhecidos e legitimados, pode se dar de tão variadas maneiras que qualquer modelo de interpretação ou qualquer intento de caráter normativo se fará temerário, descabido e, de certo modo, autoritário.

Tal questão tem desenvolvimento relevante num texto de teoria arqueológica publicado na França nos anos 1970: “Fontes Textuais e Vestígios Materiais: reflexões sobre interpretação arqueológica”, do arqueólogo clássico Philippe Bruneau²⁶.

²⁵ P.P.A. FUNARI, *Arqueologia*, p. 12.

²⁶ P. BRUNNEAU, ‘Fontes Textuais e Vestígios Materiais: reflexões sobre interpretação arqueológica’, in H. SARIAN (Comp.) *Arqueologia: Reflexão e Discurso*, inédito (original deste texto publicado em *Mélanges helléniques offerts à Georges Daux*, Paris, Boccard, 1974). Tradução de Flávia Faleiros (coletânea ainda inédita de textos de teoria arqueológica traduzidos para o português).

Partindo do mesmo princípio: “vestígios materiais” são, por excelência, o “objeto da arqueologia”; e do fato de que há um “desenvolvimento considerável da pesquisa arqueológica sobre um mundo tradicionalmente conhecido pelos textos”, Brunneau apontou a diferença de natureza entre vestígio e texto para, posteriormente, propor um encontro destes no interior da interpretação arqueológica que, aliás, é definida de modo bastante particular²⁷.

Bruneau principia por considerar a heterogeneidade em relação ao enunciado interpretativo e seu contrário, como característicos das diferentes naturezas de documentos:

O tratamento dos dados arqueológicos, com efeito, consiste essencialmente numa emergência da linguagem: os vestígios materiais, objetos da arqueologia, contêm informações virtuais, mas elas devem ser decifradas e traduzidas num enunciado verbal; elas só existem pela formulação. As fontes textuais, ao contrário, se situam por definição no nível da linguagem. Portanto, **os vestígios materiais são heterogêneos em relação à formulação do arqueólogo, enquanto os textos são homogêneos em relação ao comentário do filólogo.**²⁸

Assim como os métodos arqueológicos são radicalmente diversos daqueles propostos na maioria das outras ciências humanas, a diferença de natureza dos objetos não se apresentará somente na distinção entre a arqueologia e a filologia. Tal diferença, assim considerada, exige uma postura muito particular do arqueólogo. Postura esta que singulariza suas interpretações dentre aquelas de outros campos das ciências humanas:

O arqueólogo trabalha diretamente com a cultura material. Esta diferença essencial da Arqueologia em relação a outras ciências humanas, que possuem uma prática de ação sobre a esfera ideológica, acarreta uma postura diversa do arqueólogo perante seu próprio objeto de estudo. Este não é uma representação ideológica das relações sociais, como é o documento escrito para a História, o relato etnográfico para o antropólogo, a pesquisa de opinião para o sociólogo, o discurso para o linguista.²⁹

²⁷ No texto de Brunneau há um movimento acerca dos “postulados arqueológicos” que não será aqui apresentado. Tais princípios são muito importantes, mas não parecem necessários ao desenvolvimento dos temas deste artigo.

²⁸ BRUNNEAU, *Fontes...*, p. 14. [grifos nossos].

²⁹ BRUNNEAU, *Fontes...*, p. 37.

Uma caracterização como esta jamais levaria a considerar o recurso às fontes textuais em arqueologia como algo impróprio ou, quando muito, acidental e acessório. A arqueologia se faz em várias etapas e precisamos situar o uso dos documentos escritos justamente no último estágio da pesquisa arqueológica (a interpretação)³⁰, se quisermos manter o interesse voltado prioritariamente à materialidade dos sítios e objetos, ou ainda, se pretendemos preservar uma postura crítica em relação à “esfera ideológica” que o texto invariavelmente representa.

Uma distinção forte como esta proposta por Brunneau não se presta apenas a levantar este problema, mas principalmente, a dissipar uma outra dificuldade proveniente da analogia com a Linguística:

O terreno arqueológico não é um texto resultando do jogo conjunto da fabricação humana, que instaura um sistema técnico e de fatores naturais que destroem este sistema, ele é sem dúvida uma estrutura, mas lhe falta ser estruturante, isto que é uma característica essencial da língua.³¹

A incorporação dos textos na interpretação arqueológica não pode se dar sem observar que há “(...) sempre e inevitavelmente, uma representação ideológica da realidade, transporta para o texto escrito hoje disponível”³². Embora também pareça adequado reconhecer que na “oposição entre cultura material e imaterial; ambas são produto do trabalho humano socialmente determinado, duas faces de uma mesma moeda: a cultura”³³.

Numa decorrência inesperada de pressupostos compartilhados, os comentários e definições de Philippe Brunneau distanciam a interpretação arqueológica da dicotomia entre as vertentes histórica e antropológica muito frequente em manuais de arqueologia³⁴.

Brunneau fez do último estágio da arqueologia uma aproximação ou mesmo uma identificação com a sociologia. Nisto consiste a “teoria

³⁰ Nos termos do próprio Brunneau, *Fontes...*, p. 6: “Podemos considerar que, um pouco estranhos às primeiras etapas da pesquisa arqueológica (escavação e classificação do material) e frequentemente ainda nas etapas seguintes (restituição e datação), eles [os textos] intervêm, sobretudo, no último estágio, objetivo final da arqueologia: a interpretação, operação a partir da qual o arqueólogo extrai informações dos vestígios materiais contribuindo para o conhecimento de uma dada etnia. É, pois, numa teoria geral da interpretação que podemos reconhecer a contribuição dos textos para a pesquisa arqueológica”.

³¹ BRUNNEAU, *Fontes...*, p. 5.

³² FUNARI, *Arqueologia*, p. 31.

³³ *Idem, ibidem*, p. 38.

³⁴ Ver, por exemplo, GALLAY, *L'Archéologie Demain*, Paris, 1986; e RENFREW & BAHN, *Archaeology...*

geral da interpretação” por ele enunciada: “Se a arqueologia se apodera dos vestígios materiais deixados por grupos humanos ‘eticisados’, a interpretação supõe a formação de uma sociologia para cuja constituição contribuem os textos”.³⁵

Embora sob certos perigos³⁶, esta definição possibilita o uso das fontes textuais e, ao mesmo tempo, reafirma a necessária interdisciplinaridade a que parece estar sujeita qualquer investigação arqueológica. Mesmo os estudos clássicos, tradicionalmente associados aos estudos linguísticos e literários e à história da arte, estão cada vez mais voltados para abordagens que são de fato interfaces com campos de conhecimento bem distintos:

O que a arqueologia faz é dar amplitude e contexto aos escritos originais, dando uma visão mais completa sobre o mundo antigo do que a que está preservada na literatura tradicional sem interrupção de acidente de seleção e preservação. Arqueólogos clássicos estão aumentando a coleta de amostras antropológicas, zoológicas, botânicas e geológicas na intenção de extrair a maioria das informações possíveis de seus materiais colhidos.³⁷

Multiplicam-se as “arqueologias” também de acordo com diferentes critérios de demarcação. O recorte temático pode ser econômico (arqueologia de grupos de caçadores-coletores; arqueologia do capitalismo), cronológico (arqueologia do quaternário, arqueologia do período colonial), geográfico (arqueologia da Antártida; arqueologia brasileira), circunstancial (arqueologia subaquática; arqueologia urbana); de aspecto social (arqueologia de gênero; arqueologia da escravidão) ou interpretativo (bioarqueologia; arqueologias espacial e da paisagem; etnoarqueologia). Assim se registram atualmente a multiplicação de pontos de vista na prática da arqueologia e as suas correspondentes especializações, mas também parece conveniente atribuir esta fragmentação a um certo “nominalismo” ou a um simples verbalismo³⁸ que nada mais são que a apresentação, sob um novo nome, de uma prática recorrente outrora apontada por um termo mais geral. Das terminologias não se ressentem os programas de pesquisa.

³⁵ BRUNNEAU, *Fontes...*, p. 7.

³⁶ “Ela inspira, com efeito, a tentação de reduzir o desconhecido ao conhecido; ao extremo, a interpretação eliminaria, assim, a originalidade de toda descoberta arqueológica e rejeitaria todos os novos dados que não pudesse se inserir em uma determinada sociologia” (BRUNNEAU, *Fontes...*, p. 10).

³⁷ W. R. BIEERS, *Art, artefacts, and chronology in classical archeology*. London; N. Y., Routledge, 1998 [tradução nossa].

³⁸ Courbin, p. 187-188.

Da ausência de uma definição de campo ou objeto de estudo comum, bem como da legitimação da interpretação arqueológica, possivelmente as pesquisas se ressentirão.

A linha que separa os trabalhos do pré-historiador e do arqueólogo de sociedades letradas tende a desaparecer sob tal definição do objeto da arqueologia, na afirmação de sua especificidade como campo de investigação, em razão do lugar reservado aos documentos escritos no processo de produção do conhecimento arqueológico.

Métodos de abordagem dos sítios e materiais, cada vez mais compartilhados entre arqueólogos de sociedades muitíssimo distintas, parecem depender de uma adequação caso a caso à qual o arqueólogo precisará estar receptivo e atento, para a qual deve ter sido formado, independentemente da sociedade à qual pretenda dedicar uma vida inteira de estudos.

A qualquer das especializações arqueológicas, parece desfavorável delegar a questão acerca do estatuto da arqueologia para a prosa lacônica dos manuais de divulgação científica. Principalmente se considerarmos que ao pensar as definições a partir das especificidades de um programa de pesquisas e de suas interpretações imediatas, o arqueólogo ou a arqueóloga parece fazê-las mais diretamente ligadas à cultura material e, portanto, mais arqueológicas.

TITLE. Archaeology and written documents: contingent, or conceptual and interpretative relation.

ABSTRACT. The multiplication of interpretative thoughts in archaeology does not seem to have changed the bipartition between historical and prehistoric archaeologies. The consideration of texts, or objects and monuments that support text, is only the most evident symptom of the difference between archaeological studies of societies that had practiced or had contact with writing (classical studies put up the most evident examples) and the other archaeological studies. Different academic publication sorts present this difference in multiple ways, for times, divergent ways. This presented study tries to be a revalorization of publications concerning specific material or specific circumstances of finding in classical archaeology as legitimate places to archaeological conceptualization and general theorization.

KEYWORDS. Archaeology; written documents; Ancient World; archaeological publications; conceptualization and interpretative theory.